



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Registro: 2024.0000235219**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1100727-72.2022.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante RADIO PANAMERICANA S/A - JOVEM PAN, é apelada JOICE CRISTINA HASSELMANN.

**ACORDAM**, em 4ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Em julgamento estendido, por maioria de votos, deram provimento parcial ao recurso, vencidos o 3º e 4º Desembargadores, que negavam. Fará a declaração de voto o 3º Desembargador.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ALCIDES LEOPOLDO (Presidente), ENIO ZULIANI, MARCIA DALLA DÉA BARONE E CARLOS CASTILHO AGUIAR FRANÇA.

São Paulo, 21 de março de 2024.

**VITOR FREDERICO KÜMPEL**

**RELATOR**

**Assinatura Eletrônica**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Voto: 5887**

**Apelação Cível:** 1100727-72.2022.8.26.0100

**Apelante:** Rádio Panamericana S/A. (“Jovem Pan”)

**Apelado:** Joice Cristina Hasselmann

**Origem:** Foro Central Cível – 39ª Vara Cível

**Juiz (a) sentenciante:** Dr(a). Juliana Koga Guimarães

APELAÇÃO – INDENIZATÓRIA. Alegação de que a autora, Pessoa Jurídica, inserida no ramo da Comunicação e Jornalismo, teve sua honra e imagem abaladas em razão da fala da ré, jornalista e Deputada Federal (na época de sua fala), a qual teria dito que a Jovem Pan fez Lobby e “puxado saco” do Governo anterior, referindo-se ao ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro, para obter os direitos de possuir uma rede de Televisão. Ainda, teria chamado a Rádio Jovem Pan de “lixo” e “porcaria”. Pretensão de condenar a ré ao pagamento de indenização por danos morais. Sentença de improcedência. Irresignação do autor. DANOS MORAIS. Possibilidade de condenação – Danos morais em relação a pessoa jurídica tutelados pela Sumula 227 do STJ. Ainda, em relação a pessoa jurídica, é passiva de indenização quando a reputação, seu bom nome ou sua imagem abaladas perante a sociedade, independentemente de tal circunstância gerar alguma repercussão direta e imediata sobre seu patrimônio. Dano moral fixado em R\$ 10.000,00. Sentença Reformada. Recurso parcialmente provido.

Vistos.

Trata-se de Recurso de Apelação interposto por Rádio Panamericana S/A. (“Jovem Pan”), em razão da sentença que julgou improcedente os pedidos iniciais nas seguintes linhas: “(...) *Nesses termos, ausente comprovação de que as declarações da ré repercutiram negativamente no nome da pessoa jurídica, na sua credibilidade ou reputação, não há que se falar em dano moral. Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, extinguindo o feito, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sucumbente a parte autora, condeno-a ao pagamento das custas, despesas*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

*processuais e honorários advocatícios, que ora fixo em 10% do montante atualizado da causa, nos termos do artigo 85, §2º do CPC.”.*

Insurge-se a Apelante (fls. 208/231), ao argumento de que a apelada manteve, diversas vezes, uma conduta reprovável em sua fala, bem como abusou de seu direito de liberdade de expressão. Aduz que a Apelada proferiu inverdades ao dizer que a Jovem Pan cometeu ilegalidades para criar a TV Jovem Pan e que, dentro desses interesses escusos, vendeu-se para o então Governo Federal. Ainda, alega que fora ofendida pela apelada quando esta refere que a Jovem Pan é “Lixo, Porcaria”. Pontua a necessidade de reforma da sentença combatida, pois houve ferimento da liberdade de expressão. Ainda, que a sentença entendeu que apenas pode haver recebimento de indenização se a pessoa jurídica comprovar abalo em sua atividade econômica. Requer, em suma, a condenação da apelada no pagamento de danos morais e a procedência do pleito inicial.

Contrarrazões pugnando a manutenção da r. sentença (fls. 261/268)

A apelante se opôs ao julgamento virtual (fls. 272).

Recurso tempestivo e devidamente recolhido.

**É o relatório.**

De início, faço a anotação acerca da tramitação do feito em primeiro grau de jurisdição sob a presidência do MMº Juiz de Dr(a). Juliana Koga Guimarães.

O autor interpôs recurso de apelação requerendo a reforma da r. sentença, a fim de obter procedência ao pedido formulado na exordial, condenando-se a requerido, ora apelada, a indenizar a apelante por danos morais.

Pois bem.

A liberdade de expressão deve ser observada, como no presente caso, à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem do indivíduo, de acordo com a disciplina do art. 5º, incisos V e X, da Carta Magna.

Nesse sentido, a liberdade de expressão pode ser ponderada na confrontação com outros bens jurídicos protegidos pelo ordenamento, em raciocínio similar ao da liberdade e privacidade. Para solução da antinomia, devem ser



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

ponderadas as circunstâncias, de modo a estabelecer limites de ambos os direitos e alcançar o saldo mais favorável ao caso que se apresenta.

No caso em tela, consta dos autos que a ré apelada, em participação ao Podcast “Inteligência Limitada”, na data de 04/02/2022, a partir do minuto 47:50, através da plataforma YouTube, proferiu as seguintes palavras: *“Joice: Olha o lixo que virou a Jovem Pan. Eu fui âncora do Pingo nos Is quando a Jovem Pan era Jovem Pan! Agora virou esse lixo que fica lambendo os pés do Bolsonaro pra cima e pra baixo. Por quê? Porque os donos queriam a TV que eles ganharam. Era por isso só, negócios, “business”. E a TV não tem audiência pra nada, não tem meia dúzia assistindo. Apresentador Vilela: Então é isso que eles queriam? Joice: Você não entendeu ainda, “fio”? [referência à expressão “filho”, como se a Ré entendesse de tudo e pudesse explicar como funcionaria a Jovem Pan e seu suposto conluio com o Governo]. Precisa de uma Joice na sua vida pra entender as coisas. Apresentador Vilela: Como é que funciona isso? Joice: Você puxa o saco do governo... Apresentador Vilela: Então não é nenhum documento? É tudo na... [apresentador gesticula, se referindo a ser tudo na conversa, na “lábria”] Joice: Não, você puxa muito o saco, aí vc vai lá, faz lobby. 'Olha, quero isso, quero aquilo....'. Aí o governo não dá, você bate um pouquinho. Só pra ter “nã nã nã”. Aí você puxa saco puxa saco puxa saco, aí o governo promete e aí virou uma rádio 100% Bolsonaro. Tanto que, da última vez.... Apresentador Vilela: Por causa da TV agora? Joice responde positivamente com a cabeça, dizendo: por causa da TV, porque eles queriam uma TV, achavam que ia bombar e está essa porcaria que não tem meia dúzia de ouvintes, né, de telespectador. Apresentador Vilela: Vai mal? Joice: Não tá mal, tá péssima. Já chegou a dar zero na audiência. Apresentador: Por que ninguém assiste? Joice: Ninguém assiste. Você assiste? Nem eu... Mas eu vejo o ibope. Apresentador: o Paquito assiste? Não. Joice: Ninguém, ninguém.”.*

A apelada, à época dos fatos, ainda exercia a função de Deputada Federal, de modo que, entendo, de antemão, por rechaçar eventual alegação de imunidade parlamentar a fim de justificar as palavras proferidas pela apelada, uma vez que não guardaram correlação com o exercício de seu mandato, bem como foram proferidas em ambiente externo à Câmara, e em entrevista a veículo de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

comunicação de alcance virtual.

Ademais, este é o entendimento do Supremo Tribunal Federal na figura do Ministro Luiz Fux:

“*In casu*, (i) o parlamentar é acusado de incitação ao crime de estupro, ao afirmar que não estupraria uma deputada federal porque ela "não merece"; (ii) o emprego do vocábulo "merece", no sentido e contexto presentes no caso *sub judice*, teve por fim conferir a este gravíssimo delito, que é o estupro, o atributo de um prêmio, um favor, uma benesse à mulher, revelando interpretação de que o homem estaria em posição de avaliar qual mulher "poderia" ou "mereceria" ser estuprada. (...) *In casu*, (i) a entrevista concedida a veículo de imprensa não atrai a imunidade parlamentar, porquanto as manifestações se revelam estranhas ao exercício do mandato legislativo, ao afirmar que "não estupraria" deputada federal porque ela "não merece"; (ii) o fato de o parlamentar estar em seu gabinete no momento em que concedeu a entrevista é fato meramente acidental, já que não foi ali que se tornaram públicas as ofensas, mas sim através da imprensa e da internet; (...) (i) A imunidade parlamentar incide quando as palavras tenham sido proferidas do recinto da Câmara dos Deputados: "Despiciendo, nesse caso, perquirir sobre a pertinência entre o teor das afirmações supostamente contumeliosas e o exercício do mandato parlamentar" (Inq 3.814, Primeira Turma, rel. min. Rosa Weber, unânime, j. 7-10-2014, *DJE* de 21-10-2014). (ii) Os atos praticados em local distinto escapam à proteção da imunidade, quando as manifestações não guardem pertinência, por um nexo de causalidade, com o desempenho das funções do mandato parlamentar. (...) *Ex positis*, à luz dos requisitos do art. 41 do CPC, recebo a denúncia pela prática, em tese, de incitação ao crime; e recebo parcialmente a queixa-crime, apenas quanto ao delito de injúria. Rejeito a queixa-crime quanto à imputação do crime de calúnia. [Inq 3.932 e Pet 5.243, rel. min. Luiz Fux, j. 21-6-2016, 1ª T, *DJE* de 9-9-2016.]”.

Nesse mesmo sentido, leciona Lenio Streck: “(...) *Na doutrina brasileira, pelo menos três posicionamentos acerca das imunidades parlamentares podem ser identificados quais sejam: Ultracorporativistas: seus defensores afirmam que as imunidades são aplicáveis dentro ou fora do recinto parlamentar,*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

*prevalecendo mesmo após o término do mandato, por serem imprescritíveis. Extremistas: entendem que as imunidades, em qualquer aspecto ou extensão, sejam as materiais ou as formais, por ações dentro ou fora do recinto congressional, serão sempre abusos configurando privilégios inaceitáveis. Defendem, assim, a extinção das imunidades. Moderados: atestam que as imunidades devem existir, mas de forma limitada, evitando-se corporativismos e atrelando a aplicação da imunidade à função política exercida pelo congressista, não admitindo que o instituto sirva de escudo para práticas abusivas. Esse último parece ser o entendimento que vem se firmando na doutrina e jurisprudência brasileiras, o que se pode constatar pelo posicionamento do Supremo Tribunal Federal (Agl 473.09 que já decidiu, por exemplo, que a imunidade material exclu responsabilidade civil do congressista em vista de eventuais nos causados por suas manifestações, orais ou escritas, exara em prática in officio ou propter officium. Nesse mesmo sentido o Pretório Excelso brasileiro também já afastou a incidências esta imunidade parlamentar por ofensas perpetradas fora do exercício das funções parlamentares ou em sua razão. (...)* ”

STRECK, Lenio L. Comentário ao artigo 5º, XII. In: CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; (Coords.). Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013. P. 1072.

Superado tal ponto, passo a analisar o pleito indenizatório.

Acerca do dano moral em relação a pessoa Jurídica, verifica-se que “a pessoa jurídica é vítima de dano moral nas hipóteses em que tem sua reputação, seu bom nome ou sua imagem abaladas perante a sociedade, independentemente de tal circunstância gerar alguma repercussão direta e imediata sobre seu patrimônio – Acusações infundadas da prática de atos contrários ao direito (nepotismo, pagamento de polpudos salários a pessoas próximas da presidente, malversação de dinheiro da entidade autora etc.) mostram-se mais do que suficientes para a caracterização de dano moral à pessoa jurídica apelante, prestadora de relevantes serviços à população portadora de necessidades especiais, independentemente da existência de reflexos patrimoniais” (TJ-SP - AC: 00073592920098260505 SP 0007359-29.2009.8.26.0505, Relator: Wilson Lisboa Ribeiro, Data de Julgamento:



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

01/06/2022, 10ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 01/06/2022).

Outrossim, na lição de Lamartine Corrêa (*Conceito da pessoa jurídica*, Curitiba: Tese de Livre-Docência, 1962, pp. 164/165), tem-se que em se tratando de “pessoas jurídicas”, a extensão dos *direitos da personalidade não é ampla e irrestrita*, como, em verdade, decorre da própria dicção legal do CC artigo 52 (“Aplica-se às pessoas jurídicas, *no que couber*, a proteção dos direitos da personalidade”, destacamos), o que, inclusive, é consentâneo com o conceito analógico de pessoa jurídica de Lamartine Corrêa, para quem a própria ideia de *pessoa jurídica é uma criação jurídica por analogia*, isto é, a pessoa jurídica é *pessoa de modo analógico à pessoa natural*

Logo, o art. 186 do Código Civil estabelece que, “*aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito*”.

Observe-se que assim prediz a Súmula do C. STJ:

“STJ 227: “*A pessoa jurídica pode sofrer dano moral*”), mas, sim, “quando e como” a ela *pode sofrer dano moral*.”

É preciso não perder de vista, que o juízo de origem consigna que as declarações da ré podem ser tomadas como ofensivas, vide fls. 204 “*Por fim, ainda que as declarações da ré possam ser tomadas como ofensivas, fato é que a requerente não comprovou o alegado dano lesivo à sua honra objetiva e imagem da pessoa jurídica, seja pelo abalo na atividade econômica ou mesmo prejuízo à reputação no mercado em que atua.*”.

Saliente-se recente julgado cujo cerne é a informação ausente de comprovação:

APELAÇÃO CÍVEL. Ação de obrigação de fazer com pedido indenizatório. Sentença que julgou parcialmente procedente pedido das apeladas para remoção de notícia inverídica dos meios de comunicação dirigidos pelas apelantes e condenação ao pagamento de indenização pelos danos morais causados. Inconformismo das recorrentes. Descabimento.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

Informações veiculadas após mais de dois anos de suposta omissão das apeladas em relação a denúncias de abusos contra menores em instituição municipal a fim de não prejudicar doação de área para construção de sede da OAB local. Fatos averiguados pelo Ministério Público local, com conclusão de que não ocorreram. Inexistência de observância pelas recorrentes dos princípios basilares que permeiam o exercício do livre pensamento e de expressão constitucionalmente definidos. Prejuízo moral evidente e inevitável, alcançando também a pessoa jurídica recorrida. Sentença mantida. RECURSO IMPROVIDO. (TJ-SP - AC: 10037808120218260587 São Sebastião, Relator: Pastorelo Kfourri, Data de Julgamento: 27/09/2023, 7ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 28/09/2023)

Assim, consta da fala da ré apelada que *“(i) que a Jovem Pan virou um “lixo” e está essa “porcaria”; (ii) “que a Jovem Pan puxou o saco, fez lobby e business com o Governo em troca de uma emissora de TV e que teria conseguido”; (iii) que a Jovem Pan não teria audiência, utilizando o termo “porcaria” para se referir à autora; (iv) e que a Jovem Pan seria uma rádio “100% Bolsonaro”.*

Desta maneira, inferir que a empresa autora, inserida no ramo da comunicação e jornalismo teria, em conluio com o Governo Federal anterior, mais precisamente em relação ao ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, agido da seguinte maneira: *“você puxa muito o saco, aí vc vai lá, faz lobby. 'Olha, quero isso, quero aquilo....'. Aí o governo não dá, você bate um pouquinho. Só pra ter “nã nã nã”. Aí você puxa saco puxa saco puxa saco, aí o governo promete e aí virou uma rádio 100% Bolsonaro. Tanto que, da última vez...”*, coloca em pauta a credibilidade da autora ao veicular notícias e informações perante o público em geral, causando





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

dubiedade e desprestígio perante a sociedade.

A ré não comprovou nos autos suas alegações, tampouco comprovou que a Jovem Pan angariou o direito de tornar-se uma emissora de Televisão através de benefício do antigo Governo federal com lobby ou “puxando o saco”, quiçá mediante acordo ilegal.

Ademais, expressou que a apelante estaria uma “porcaria”, e que teria virado um “lixo”, ferindo a imagem e honra da recorrente perante seus consumidores e público em geral.

Ressalto, por fim, os dizeres do Ministro Ruy Rosado: *“A pessoa jurídica, criação da ordem legal, não tem capacidade de sentir emoção e dor, estando por isso desprovida de honra subjetiva e imune à injúria. Pode padecer, porém, de ataque à honra objetiva, pois goza de uma reputação junto a terceiros, passível de ficar abalada por atos que afetam o seu bom nome no mundo civil ou comercial onde atua. Esta ofensa pode ter seu efeito limitado à diminuição do conceito público de que goza no seio da comunidade, sem repercussão direta e imediata sobre o seu patrimônio. Assim, embora a lição em sentido contrário de ilustres doutores (Horacio Roitman e Ramon Daniel Pizarro, El Daño Moral y La Persona Juridica, RDPC, p. 215) trata-se de verdadeiro dano extrapatrimonial, que existe e pode ser mensurado através de arbitramento. É certo, que, além disso, o dano à reputação da pessoa jurídica pode causar-lhe dano patrimonial, através do abalo de crédito, perda efetiva de chances de negócios e de celebração de contratos, diminuição de clientela, etc, donde concludo que as duas espécies de danos podem ser cumulativas, não excludentes.”* (Recurso Especial n. 60.033/MA, Rel. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça”).

Já em relação ao valor da indenização por danos morais, este não pode se mostrar demasiadamente elevado a ponto de caracterizar enriquecimento sem causa, tampouco ínfimo a afastar a compensação pelos danos experimentados. A fixação do valor de indenização deve atender aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, mostrando-se adequado ao evento danoso e suas consequências, prestando-se, ademais, como forma profilática a evitar reiteração de conduta



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

indevida.

Neste sentido, e considerando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como a análise da situação econômica das partes, arbitro o valor em R\$ 10.000,00 a título de indenização por danos morais, com correção monetária pela tabela prática do Tribunal de Justiça/SP, a contar da presente data (Súmula 362 do STJ) e juros de mora de 1% ao mês a partir do evento danoso.

Considerando a existência de precedentes das Cortes Superiores que vêm apontando a necessidade do prequestionamento explícito dos dispositivos legais ou constitucionais supostamente violados, a fim de se evitar eventuais embargos de declaração apenas para tal finalidade, por falta de sua expressa remissão no acórdão, ainda que examinados implicitamente, dou por prequestionados os dispositivos legais e/ou constitucionais suscitados pelas partes.

Por fim, em vista da inversão da sucumbência, condeno as apeladas solidariamente no pagamento das custas e despesas processuais e de honorários advocatícios em favor dos patronos dos apelantes, que fixo em 10% (dez por cento) do valor da condenação nos termos do artigo 85, § 2º do Código de Processo Civil, considerando-se a natureza e a complexidade da causa, o zelo dos profissionais e o trabalho realizado. Também em vista da inversão da sucumbência, deixo de majorar os honorários advocatícios em Segundo Grau nos termos do artigo 85, § 11 do Código de Processo Civil.

Pelo exposto, **DOU PARCIAL PROVIMENTO** ao recurso de apelação nos termos da fundamentação.

**VITOR FREDERICO KÜMPEL**  
**Relator**  
**Assinatura Eletrônica**